

Educação

O ensino em questão

ROQUE SPENCER M. DE BARROS

JORNAL DA TARDE

18 NOV 1994

Tratamos, em artigo anterior, do "círculo vicioso do ensino" — ou, para ser mais exatos, do mau ensino —, mostrando que o que acontece em qualquer dos seus graus afeta, mais ou menos rapidamente, todos os outros. E acentuamos que a queda da qualidade de um grau não se limita a este, mas atinge, a partir de certo momento, os demais. Acrescentávamos ainda que o problema da qualidade do ensino está também relacionado com questões a ele exteriores, envolvendo a vida social e a econômica do País e provocando a existência de outro perverso círculo vicioso.

Há uma evidente relação de dependência mútua entre o ensino propriamente dito e, de forma mais genérica, a educação, e a vida social e econômica do País: para que grande massa de nossa população, que vive num estado de pobreza quase absoluta e que permanece à margem da civilização e na periferia do mercado, possa ser, realmente, integrada na vida moderna, necessita, sem a menor dúvida, de alguma qualificação, de conhecimentos mínimos básicos; precisa, em suma, de ensino e de educação. Entretanto, o próprio ambiente em que vive dificulta, de várias formas, a obtenção e a assimilação desse mínimo necessário, já que nem a estimula à luta para educar-se, nem lhe oferece os meios, por parcos que sejam, indispensáveis, do ponto de vista de sua situação econômico-social, para fazê-lo. Formase, assim, outro perverso círculo vi-

cioso que é necessário romper: a educação é necessária para que se vença a pobreza, mas é preciso sair desse estado de pobreza quase absoluta para que alguém se possa realmente educar com proveito. E, à medida que os que vivem na periferia da civilização conseguem receber algum ensino, sua condição de vida, da qual os conhecimentos mínimos necessários não fazem parte,

com uma penada ou com o simples aumento de recursos financeiros destinados ao ensino.

O País, representado por seus governos, nos planos nacional, estadual e municipal, bem como por todas as forças atuantes da sociedade civil, se encontra, assim, diante do desafio do ensino, com os círculos viciosos que dificultam sobremaneira a solução dos problemas a

colaboração.

Não temos a pretensão de dispor de uma fórmula para resolver a questão ou para encaminhá-la; com certeza, no rumo devido, mesmo porque há inúmeros problemas específicos a enfrentar e obstáculos diversos a serem ladeados, os quais só a definição de uma estratégia geral, flexível ao máximo, pode equacionar.

Há, contudo, medidas referentes tanto ao 1º quanto ao 2º graus que estão no cerne das dificuldades e que devem ser tomadas com urgência, sob pena de invalidar quaisquer outros esforços. É claro que a qualidade do ensino depende tanto do professor quanto do aluno, isto é, do trabalho competente daquele e do aproveitamento deste. E, se no que toca ao aluno os problemas, acreditamos, são extremamente complexos, no que se refere ao professor as medidas urgentes a que nos referimos são claras e irão colaborar para que a sua parte na tarefa de recuperação da escola seja cumprida a médio prazo. Tratar da questão, entretanto, exige mais espaço do que nos resta, o que nos obriga a deixar para ocasião oportuna o seu exame.

NOSSOS PROBLEMAS EDUCACIONAIS NÃO SERÃO RESOLVIDOS COM UMA PENADA OU O SIMPLES AUMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS

lhes traz, em média, um proveito muito pequeno — o que acaba, indiretamente, afetando a própria qualidade do que é ensinado nas escolas que os abrigam e que são forçadas, independentemente de qualquer outra consideração, a rebaixar o nível que, teoricamente, poderiam ter, e, acrescentemos, não podem ter outra escolha, pois alguma coisa os seus infelizes alunos têm de aprender ou devem fazê-lo. Assim, o círculo vicioso que envolve educação e ensino, por um lado, e marginalidade econômico-social, por outro, interfere também naquele "círculo vicioso do mau ensino", de que tratamos no mencionado artigo.

Em tais condições, não se pode imaginar que se hão de resolver os nossos problemas educacionais

enfrentar. Há necessidade de uma articulação entre todas as forças vivas, oficiais e particulares, de nosso País para que possamos superar a situação presente e dar um passo decisivo para nossa integração completa na civilização contemporânea, essa civilização que atinge já várias fatias de nosso território e de nossa população, num contraste gritante com os marginalizados e desvalidos que continuam a viver em outra idade histórica. Mas, como disséramos no artigo citado, os particulares não têm o **dever** de garantir o **direito** de todos ao ensino: cabe, assim, ao poder público assumir o comando da luta em prol do ensino e do bom ensino, naturalmente estimulando a sociedade civil a empenhar-se com ele na tarefa e aceitando toda forma positiva de

O AUTOR

Roque Spencer M. de Barros é autor de "Ensaio Sobre Educação"

